

René Ariel Dotti

Curso de
Direito Penal

PARTE GERAL

6ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Com a colaboração de Alexandre Knopfholz
e Gustavo Britta Scandelari

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Analista Editorial: Karolina de Albuquerque Araújo

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial

Coordenação

IVIÊ A. M. LOUREIRO GOMES

Líder Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thaís Rodrigues Sampaio

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier e Daniela Medeiros Gonçalves Melo

Estagiários: Angélica Andrade, Beatriz Brandão Belo Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros

Capa: WK Editoração

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dotti, René Ariel

Curso de direito penal : parte geral / René Ariel Dotti. -- 6. ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de Alexandre Knoppholz e Gustavo Britta Scandolari. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-128-9

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

18-18779

CDU-343

Índices para catálogo sistemático: 1. Direito penal 343

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

ABREVIATURAS DE AUTORES E OBRAS.....	11
TÁBUA DE ABREVIATURAS	15
PREFÁCIO À SEXTA EDIÇÃO	21
PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO	25
PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO.....	29
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO	33
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	35
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	37
TÍTULO I. O SISTEMA PENAL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	85
1. Missão e limites do Direito Penal.....	85
2. O sistema penal.....	86
3. O sistema positivo penal.....	87
4. Elementos do sistema.....	87
5. O sistema penal para a criminologia crítica	89
CAPÍTULO II. O SISTEMA POSITIVO VIGENTE.....	91
6. As normas constitucionais: natureza e função do princípio	91
7. As normas infraconstitucionais penais	92
8. As normas infraconstitucionais extrapenais	93
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL FUNDAMENTAL.....	93
9. Conceito.....	93
10. Código Penal.....	94
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL COMPLEMENTAR	95
11. Conceito.....	95
12. Distinção entre crime e contravenção.....	95
13. A consolidação das leis penais	96
SEÇÃO III. TENTATIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS ESPECIAIS	97
14. O Anteprojeto de 1984.....	97
15. A revisão do Anteprojeto de 1984.....	97
16. O esboço de 1994.....	98
A. A necessidade da reforma	98
B. A não conclusão dos trabalhos	99
C. A indiferença oficial.....	99
17. O Anteprojeto de 1998.....	100
A. O aproveitamento do Esboço	100
B. A publicação do anteprojeto.....	100

C. A Comissão de Revisão.....	100
D. A paralisação dos trabalhos	101
18. As leis penais de reforma.....	101
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL COMUM.....	101
19. Conceito	101
20. Exemplos.....	101
SEÇÃO V. O DIREITO PENAL ESPECIAL.....	101
21. Conceito	101
22. Exemplos.....	102
CAPÍTULO III. MOVIMENTOS DE REFORMA DO SISTEMA.....	103
SEÇÃO I. O MOVIMENTO DE LEI E ORDEM.....	103
23. Noções gerais	103
24. O discurso político do crime e o direito penal do inimigo	104
25. Meios de comunicação, violência e criminalidade.....	107
26. A globalização e os rumos da Política Criminal.....	110
27. As propostas de criminalização e agravação das penas.....	113
SEÇÃO II. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA.....	114
28. Noções gerais	114
29. A abolição da pena de prisão.....	114
30. A deslegitimação do sistema penal.....	116
31. O discurso anárquico	118
32. Mudanças sociais e sistemas legais.....	118
SEÇÃO III. O MOVIMENTO CRÍTICO.....	119
33. Noções gerais	119
34. O positivismo jurídico	120
35. O dogmatismo jurídico	122
36. O garantismo penal: a doutrina de Ferrajoli.....	124
37. A inflação legislativa	126
38. O princípio da intervenção mínima	127
39. Propostas fundamentais	128
SEÇÃO IV. O SISTEMA PENAL CONSENSUAL.....	129
40. Noções gerais	129
41. Formas da justiça penal consensual.....	129
42. A despenalização judicial.....	130
43. Alternativas a jurisdição penal.....	131
TÍTULO II. A CIÊNCIA DO DIREITO PENAL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	133
1. As ciências naturais.....	133
2. As ciências humanas	133
3. A ciência do Direito Penal.....	134

CAPÍTULO II. O ESTUDO DO DIREITO PENAL.....	135
4. O problema do método	135
5. A exegese.....	135
6. A dogmática	136
7. A hermenêutica.....	136
8. A crítica.....	137
CAPÍTULO III. NATUREZA E FINS DO DIREITO PENAL	138
9. Noções gerais	138
A. Direito objetivo e direito subjetivo.....	138
B. Distinção fundamental	138
10. Conceito.....	138
11. Denominação	139
SEÇÃO ÚNICA. CARACTERES FUNDAMENTAIS.....	139
12. Caráter positivo.....	139
13. Caráter público	140
14. Caráter autônomo	140
15. Caráter sancionatório.....	140
16. Caráter constitutivo	141
17. Caráter original	142
18. Caráter valorativo.....	143
19. Caráter coercitivo.....	143
CAPÍTULO IV. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	144
20. O princípio da humanidade das sanções.....	144
21. O princípio da presunção de inocência.....	145
SEÇÃO I. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL	148
22. Precisão terminológica.....	148
23. O marco constitucional.....	148
24. Evolução histórica do <i>nullum crimen, nulla poena sine lege</i>	149
25. Tribunal de Nuremberg.....	150
26. A norma penal.....	151
27. Os textos internacionais.....	152
§ 1.º OS MARCOS LEGISLATIVOS HISTÓRICOS.....	152
28. A antiguidade romana e germânica.....	152
29. A “Magna Charta Libertatum”	153
30. A Carta Magna leonesa.....	153
§ 2.º AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS.....	153
31. As declarações do século XVIII.....	153
32. As declarações dos séculos XIX e XX.....	154
§ 3.º AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	154
33. A garantia natural.....	154
34. A garantia política	154

SEÇÃO II. O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE DA NORMA INCRIMINADORA.....	155
35. Natureza e função do princípio.....	155
36. O problema dos tipos penais abertos	157
A. Conceito	157
B. Hipóteses	157
SEÇÃO III. O PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO DA LEI MAIS FAVORÁVEL	158
37. Noções gerais	158
38. Irretroatividade da lei mais grave	158
39. Retroatividade da lei mais favorável.....	159
SEÇÃO IV. O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS	159
40. O princípio do bem jurídico	159
A. Bem jurídico e objeto do crime	160
B. Bem jurídico e interesse jurídico	160
41. O princípio da lesividade (ofensividade)	160
A. O direito penal do autor	161
B. O direito penal do fato.....	161
C. O direito penal do inimigo	162
SEÇÃO V. O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	162
42. A dignidade da pessoa humana.....	162
43. A responsabilidade em função da culpa.....	163
44. A rejeição do <i>versari in re illicita</i>	163
SEÇÃO VI. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA	164
45. Os limites das sanções penais	164
46. A justa retribuição.....	164
SEÇÃO VII. O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	164
47. Consagração constitucional	164
48. O dogma da personalidade da pena	165
49. A pessoa física como agente da infração penal	165
50. A pessoa física como objeto da individualização da pena.....	166
SEÇÃO VIII. O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.....	166
51. Natureza e função do princípio.....	166
52. Consagração constitucional	168
53. O princípio da insignificância	168
54. Intervenção mínima e insignificância	169
55. Delitos de acumulação	170
SEÇÃO IX. OUTROS PRINCÍPIOS	171
56. O princípio da necessidade das reações penais.....	171
57. O princípio da utilidade social.....	172
CAPÍTULO V. FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL	173
58. A legislação	173
A. A lei	173
B. Outros documentos normativos.....	173

59. A doutrina	174
60. A jurisprudência.....	174
CAPÍTULO VI. POLÍTICA CRIMINAL E DIREITO PENAL.....	175
61. Noções gerais	175
62. Conceito de Política Criminal.....	176
63. Dogmática realista.....	176
SEÇÃO I. CRIMINALIZAÇÃO E DESCRIMINALIZAÇÃO.....	176
64. Noções gerais	176
65. A criminalização.....	177
66. A descriminalização	177
A. Descriminalização formal.....	179
B. Descriminalização informal.....	179
C. Descriminalização e o princípio da intervenção mínima	180
67. A neocriminalização.....	180
68. A desjudiciarização	180
SEÇÃO II. PENALIZAÇÃO E DESPENALIZAÇÃO.....	181
69. Noções gerais	181
70. A penalização	181
71. A despenalização.....	181
A. Despenalização formal.....	182
B. Despenalização informal	182
CAPÍTULO VII. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA	183
72. A integração entre o Direito Penal e a Criminologia.....	183
73. A experiência brasileira.....	184
SEÇÃO I. CONCEITO, MÉTODO, OBJETO E FUNÇÃO DA CRIMINOLOGIA	185
74. Conceito.....	185
75. Método e técnicas de investigação	186
A. O método.....	186
B. As técnicas de investigação.....	187
76. Objeto.....	188
77. Funções.....	189
SEÇÃO II. PERSPECTIVAS E MODELOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINOLÓGICA	189
78. A Criminologia clássica.....	189
79. A criminologia positivista	190
80. A criminologia socialista.....	191
81. A sociologia das condutas desviantes.....	193
82. A perspectiva interacionista	194
83. A criminologia radical.....	196
CAPÍTULO VIII. DIREITO PENAL E VITIMOLOGIA.....	198
84. Noções gerais	198
85. Conceito de vítima.....	199
A. Sujeito passivo.....	200
B. Terceiro prejudicado	200

86.	A vítima nos tipos legais de crimes	201
87.	Comportamento da vítima e medida da pena	201
88.	Indicações legais da reparação do dano	202
89.	A vítima e os rumos da Política Criminal	203
	A. A reação comunitária	203
	B. Eventos internacionais e textos de proteção das vítimas	204
	C. A perspectiva brasileira	206
	D. Novas formas de proteção legal	207
90.	A especial proteção da criança ou adolescente	207
CAPÍTULO IX. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS JURÍDICAS		209
91.	Direito Constitucional	209
92.	Direito Processual Penal	211
93.	Direito de Execução Penal	211
94.	Direito Penitenciário	212
95.	Direito Civil	212
96.	Direito Administrativo	212
97.	Direito Ambiental	213
98.	Direito Comercial	213
99.	Direito Econômico	214
100.	Direito Tributário	214
101.	Direito Previdenciário	215
102.	Direito do Trabalho	216
103.	Direito Eleitoral	216
104.	Direito Internacional Público	217
105.	Direito Disciplinar	217
106.	Outras ciências jurídicas conexas	218
107.	Importância das relações entre os ramos jurídicos	219
CAPÍTULO X. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS DA CONDUTA		220
108.	Direito Penal e Filosofia	220
109.	Direito Penal e Sociologia	221
110.	Direito Penal e Psicologia	221
CAPÍTULO XI. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO		223
111.	Direito Penal e História	223
112.	Direito Penal e Arte	224
113.	Direito Penal e Literatura	224
114.	Direito Penal e Religião	224
CAPÍTULO XII. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO PENAL		226
115.	Medicina Legal	226
116.	Psicologia Judiciária	226
117.	Psiquiatria Forense	227

118. Polícia Científica	227
119. Criminalística.....	227
120. Estatística Criminal.....	228
TÍTULO III. PERSPECTIVA HISTÓRICA DO DIREITO PENAL	
CAPÍTULO I. OS TEMPOS PRIMITIVOS.....	229
1. A história da pena é a história da humanidade	229
2. Origens místicas e religiosas	229
3. A perda da paz e a vingança de sangue	229
4. Um direito penal do terror e do martírio	230
5. A evolução das penas primitivas	230
6. O talião.....	231
7. A composição	231
8. A pena pública	231
CAPÍTULO II. OS SISTEMAS ANTIGOS.....	233
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL DO ANTIGO ORIENTE.....	233
9. Noções gerais	233
10. China.....	233
11. Pérsia.....	234
12. Assíria.....	235
13. Japão.....	235
14. Índia	235
15. Egito.....	236
16. Israel.....	236
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL GRECO-ROMANO.....	237
17. Noções gerais	237
18. O Direito Penal grego.....	237
19. Fundamentos e fins da pena	238
20. O Direito Penal romano	239
SEÇÃO III. O DIREITO PENAL GERMÂNICO	240
21. Noções gerais	240
22. Institutos típicos	240
23. Caráter privado das infrações.....	240
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL CANÔNICO.....	241
24. Noções gerais	241
25. O instrumento espiritual de castigo.....	242
26. Aspectos relevantes quanto ao delito e à pena.....	242
27. Institutos da teoria do crime.....	243
CAPÍTULO III. O DIREITO PENAL COMUM AOS PAÍSES EUROPEUS	244
28. O Direito Penal na Idade Média.....	244
29. Os glosadores e os práticos	244
30. Constituição Criminal Carolina.....	245

31. A legislação espanhola	245
32. As Ordenações de Portugal	246
33. Demais textos relevantes.....	247
CAPÍTULO IV. AS REFORMAS DO ILUMINISMO	249
34. Tendências humanitárias.....	249
35. Os filósofos e a justiça penal	249
36. A obra de Beccaria.....	250
37. A obra de John Howard.....	251
38. Marat e o seu projeto de legislação criminal.....	252
39. O direito penal revolucionário	252
CAPÍTULO V. OS CÓDIGOS PENAIIS DO SÉCULO XIX.....	254
40. O sistema das codificações.....	254
41. Os grandes modelos europeus	254
42. O Código Criminal do Império brasileiro	255
CAPÍTULO VI. AS ESCOLAS PENAIIS.....	256
43. Noções gerais	256
SEÇÃO I. A ESCOLA CLÁSSICA	257
44. Características	257
45. Principais representantes	257
46. Orientações fundamentais.....	259
SEÇÃO II. A ESCOLA POSITIVA.....	259
47. Características	259
48. Principais representantes	260
49. Orientações fundamentais.....	262
SEÇÃO III. OS MOVIMENTOS ECLÉTICOS.....	263
50. A Terceira Escola	263
51. A Escola de Política Criminal.....	263
SEÇÃO IV. A ESCOLA TÉCNICO-JURÍDICA	264
52. Características	264
53. Principais representantes	264
54. Orientações fundamentais.....	266
CAPÍTULO VII. OS CÓDIGOS PENAIIS DO SÉCULO XX.....	267
55. Características	267
56. Itália	267
57. França	268
58. Alemanha	269
59. Espanha.....	269
60. Rússia	270
61. Portugal.....	271
62. Códigos latino-americanos.....	272

CAPÍTULO VIII. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	273
63. O tempo dos microsistemas.....	273
64. A criminalidade organizada.....	274
65. A justiça penal universal.....	277
TÍTULO IV. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	281
1. Os marcos e os períodos ignorados.....	281
2. Características essenciais de sistemas relevantes	281
A. O Direito Penal germânico	281
B. O Direito Penal visigótico.....	282
C. O Direito Penal islâmico na península ibérica.....	283
D. O Direito Penal Canônico.....	284
3. A recuperação dos fragmentos legislativos.....	285
CAPÍTULO II. O PERÍODO COLONIAL (1500-1822)	286
4. As Ordenações Afonsinas.....	286
5. As Ordenações Manuelinas	287
6. As leis extravagantes	287
7. As Ordenações Filipinas.....	287
8. As tendências de reforma	289
CAPÍTULO III. O PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)	290
9. A nova ordem jurídica.....	290
10. A legislação do Regente D. Pedro I (1821-1822)	290
11. As Bases da Constituição portuguesa.....	290
12. Princípios para a nova legislação criminal	291
SEÇÃO ÚNICA. O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830)	293
13. Os projetos Vasconcellos e Clemente Pereira.....	293
14. A Comissão Mista.....	294
15. A aprovação do projeto definitivo.....	294
16. Um novo tempo para a teoria e a prática	295
17. Fontes de inspiração e reflexão	295
18. O elenco geral das penas	296
CAPÍTULO IV. OS PERÍODOS REPUBLICANOS.....	298
SEÇÃO I. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	298
19. O Código Penal de 1890	298
20. O elenco geral das penas.....	299
21. A influência da Escola Positiva	300
22. Os projetos de reforma.....	300
SEÇÃO II. A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1937)	301
23. A Consolidação das Leis Penais	301
24. A Constituição de 1934.....	301
25. O Projeto de 1935	302

SEÇÃO III. A TERCEIRA REPÚBLICA (1937-1945).....	303
26. O golpe de Estado	303
27. O Anteprojeto Alcântara Machado.....	304
28. O Código Penal de 1940	305
29. O elenco geral das penas	306
30. O elenco geral das medidas de segurança	307
CAPÍTULO V. AS REFORMAS DO CP DE 1940.....	309
SEÇÃO I. A REFORMA EM DISPOSITIVOS ISOLADOS (DOS ANOS 40 A 60)	309
31. Esclarecimento prévio	309
32. Proibição do sursis para estrangeiros	309
33. Vigilância do liberado condicional.....	309
34. Ampliação das hipóteses de reabilitação	310
SEÇÃO II. A PROPOSTA DE REFORMA GLOBAL	310
35. O Anteprojeto Hungria	310
36. O Código Penal de 1969	311
37. A reforma do CP de 1969 (Lei 6.016, de 31.12.1973)	314
SEÇÃO III. A REFORMA SETORIAL	315
SUBSEÇÃO ÚNICA. A LEI 6.416, DE 24.05.1977	315
38. As penas privativas de liberdade	315
39. A pena de multa	316
40. A reincidência	317
41. A suspensão condicional da pena	317
42. O livramento condicional	318
43. As penas acessórias	318
44. A verificação de periculosidade.....	318
45. A presunção de periculosidade	319
46. Extinção da punibilidade (casamento da ofendida com terceiro).....	319
47. A prescrição.....	320
48. Nova hipótese de perdão judicial.....	320
SEÇÃO IV. A REFORMA DA PARTE GERAL (A LEI 7.209/1984)	321
49. O Anteprojeto Toledo.....	321
50. A Reforma pontual.....	321
SEÇÃO V. A REFORMA GLOBAL DO CÓDIGO PENAL (PLS 236/2012)	322
51. O açodamento do Projeto Sarney	322
52. Tradição do processo legislativo	323
53. Reações de institutos e da comunidade jurídica	324
54. A improvisação legiferante.....	324
55. Minha brevíssima presença no anteprojeto	325
56. A crítica científica à proposta da Parte Geral.....	327
A. Um divisor de águas	327
B. A reação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.....	330
C. A revisão do anteprojeto.....	330

SEÇÃO VI. NO CAMINHO DA REFORMA	333
57. Uma proposta alternativa (PA).....	333
58. A oferta de dispositivos concretos.....	333
59. Um indispensável e bem-lançado texto de justificação.....	335
TÍTULO V. A LEI PENAL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	337
1. Lei ou norma penal?	337
2. Conceitos	337
A. Lei.....	337
B. Norma.....	337
3. Classificação das normas.....	338
4. Conteúdo	338
A. Preceito	339
B. Sanção.....	339
5. Destinatários	340
SEÇÃO I. LEIS PENAIS COMPLETAS.....	340
6. Noções gerais	340
7. Exemplos.....	341
SEÇÃO II. LEIS PENAIS INCOMPLETAS.....	341
8. Noções gerais	341
9. Exemplos.....	341
SEÇÃO III. LEIS PENAIS EM BRANCO.....	342
10. Noções gerais	342
11. Leis penais em branco e tipos penais abertos.....	343
SEÇÃO IV. LEIS PENAIS DE CONTEÚDO MISTO	343
12. Noções gerais	343
13. Exemplos e efeitos jurídicos	343
CAPÍTULO II. FONTES DO DIREITO PENAL	346
14. Conceito de fonte.....	346
15. Fontes materiais.....	346
16. Fontes formais.....	346
17. A Lei escrita como única fonte do Direito Penal.....	346
18. Outros diplomas normativos.....	349
A. Medida Provisória.....	349
B. Lei Delegada	350
C. Decreto-legislativo.....	350
D. Resolução.....	351
SEÇÃO I. O COSTUME.....	351
19. Conceito.....	351
20. Funções.....	351
21. Proibição em matéria penal.....	352
22. Admissão em matéria penal	352

SEÇÃO II. A ANALOGIA	353
23. Conceito	353
A. Analogia <i>legis</i>	353
B. Analogia <i>iuris</i>	353
24. Função	353
25. Proibição em matéria penal	354
26. Admissão em matéria penal	354
SEÇÃO III. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	354
27. Conceito	354
28. Função	355
29. Proibição em matéria penal	355
30. Admissão em matéria penal	355
SEÇÃO IV. A JURISPRUDÊNCIA	356
31. A missão criadora da jurisprudência	356
32. Função	357
33. O papel do juiz	358
34. Proibição em matéria penal	358
35. Admissão em matéria penal	358
36. A retroatividade da jurisprudência mais favorável	359
CAPÍTULO III. NASCIMENTO E EFICÁCIA DA LEI PENAL	360
SEÇÃO I. ETAPAS DO PROCESSO LEGISLATIVO	360
37. Noções gerais	360
38. Anteprojeto de lei	360
39. Projeto de lei	360
40. Veto	361
41. Sanção	361
42. Promulgação	361
SEÇÃO II. A PUBLICAÇÃO DA LEI	362
43. Noções gerais	362
44. Órgãos de publicação	363
45. Republicação	363
A. Incorreção	363
B. Retificação	363
CAPÍTULO IV. O CONHECIMENTO DA LEI PENAL	364
46. O conhecimento presumido	364
47. O conhecimento potencial	364
A. A cegueira jurídica e a hostilidade ao Direito	365
48. O conhecimento real	365
CAPÍTULO V. A VIGÊNCIA DA LEI PENAL	367
49. <i>Vacatio legis</i>	367
50. Começo de vigência	367
51. Período de vigência	368

52.	Irretroatividade e retroatividade da lei.....	368
	A. Irretroatividade da Lei mais grave.....	368
	B. Retroatividade da Lei mais favorável.....	368
	C. A Lei vacante mais favorável ao réu.....	368
53.	Ultratividade da Lei mais favorável.....	370
SEÇÃO ÚNICA. LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA.....		371
54.	Conceito.....	371
55.	Exemplos.....	371
56.	Necessidade ou conveniência.....	371
57.	Caráter ultrativo da Lei excepcional ou temporária.....	372
CAPÍTULO VI. A INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....		373
58.	Noções gerais.....	373
59.	Necessidade da interpretação.....	373
60.	Interpretação e integração.....	374
61.	A interpretação por analogia.....	374
62.	Interpretação e o princípio <i>in dubio pro reo</i>	375
SEÇÃO I. MEIOS DE INTERPRETAÇÃO.....		376
63.	A Exposição de Motivos.....	376
64.	A Lei de Introdução.....	377
65.	A rubrica.....	377
SEÇÃO II. ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO.....		377
66.	Noções gerais.....	377
67.	O elemento gramatical.....	378
68.	O elemento lógico.....	378
69.	O elemento histórico.....	378
70.	O elemento sociológico.....	379
71.	O elemento teleológico.....	380
72.	O elemento comparativo.....	380
SEÇÃO III. PODERES, ÓRGÃOS E SUJEITOS DE INTERPRETAÇÃO.....		381
73.	Poder Legislativo.....	381
74.	Poder Executivo.....	381
	A. Decreto.....	382
	B. Regulamento e outros atos normativos.....	382
75.	Poder Judiciário.....	382
	A. Órgãos.....	382
	B. Sentença.....	383
	C. Decisão interlocutória.....	383
	D. Acórdão.....	383
	E. Súmula.....	383
76.	Ministério Público e Advocacia.....	384
77.	Juristas.....	385
SEÇÃO IV. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO.....		385
78.	Interpretação autêntica.....	385
	A. Interpretação autêntica contextual.....	386
	B. Interpretação autêntica posterior.....	386

79.	Interpretação doutrinal	387
80.	Interpretação judicial	387
SEÇÃO V. RESULTADOS DA INTERPRETAÇÃO		387
81.	Noções gerais	387
82.	Interpretação declaratória	387
83.	Interpretação restritiva	388
84.	Interpretação extensiva	388
CAPÍTULO VII. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL		390
85.	Noções gerais	390
86.	Irretroatividade da Lei mais grave	390
87.	Retroatividade da Lei mais favorável	391
88.	Retroatividade da Lei de conteúdo penal e processual penal	391
89.	Ultratividade da Lei mais favorável	392
90.	Competência jurisdicional para aplicação da Lei mais favorável	392
SEÇÃO I. A LEI PENAL NO TEMPO		393
91.	Noções gerais	393
92.	O tempo do crime	393
93.	Crimes à distância	394
§ 1.º HIPÓTESES DE CONFLITO NA SUCESSÃO DE LEIS PENAIS		394
94.	Noções gerais	394
95.	A Lei nova descriminaliza ou isenta de pena	394
96.	A Lei nova criminaliza fatos anteriormente impuníveis	395
97.	A Lei nova agrava a situação do agente	395
98.	A Lei nova beneficia a situação do agente	396
	A. O problema da <i>vacatio legis</i>	397
	B. Propostas de solução	397
	C. A Lei vacante mais favorável ao réu	398
	D. Retroatividade da Lei mais benéfica em <i>vacatio</i>	399
	E. Competência jurisdicional para aplicar a Lei nova	400
§ 2.º A INCIDÊNCIA DA LEI INTERMEDIÁRIA		401
99.	Conceito e funções	401
§ 3.º A APURAÇÃO DE MAIOR BENIGNIDADE		401
100.	Noções gerais	401
	A. Exemplos da doutrina	402
	B. Exemplos da jurisprudência	403
101.	O mito da “terceira lei”	404
102.	A combinação de leis sucessivas	405
	A. A doutrina	405
	B. A jurisprudência	407
	C. O endereço da solução	409
SEÇÃO II. A LEI PENAL NO ESPAÇO		410
103.	Noções gerais	410
104.	O lugar do crime	410

§ 1.º PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	411
105. Territorialidade.....	411
A. Compreensão do princípio.....	411
B. Conceito de território.....	411
C. Limites do mar territorial.....	412
D. Limites de rios e lagos.....	412
E. Limites do espaço aéreo.....	412
106. Extraterritorialidade.....	413
A. Compreensão do princípio.....	413
B. Princípio da nacionalidade (personalidade).....	414
C. Princípio da defesa.....	414
D. Princípio da representação.....	414
E. Princípio da justiça penal universal.....	415
F. Princípios adotados pelo CP.....	416
§ 2.º A EXTRADIÇÃO.....	416
107. Conceito.....	416
108. Legislação reguladora.....	416
109. Requisitos e condições.....	417
A. Princípio da especialidade.....	417
B. Aplicação da pena de morte e de prisão perpétua.....	418
C. Deportação, expulsão e transferência de presos.....	418
§ 3.º PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO.....	419
110. Noções gerais.....	419
111. Pluralidade de punições pelo mesmo fato.....	419
§ 4.º EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	420
112. Noções gerais.....	420
113. Requisitos para a homologação.....	420
SEÇÃO III. A LEI PENAL E AS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS.....	420
114. Prerrogativa ou privilégio?.....	420
115. Imunidades parlamentares.....	421
A. Imunidade absoluta.....	421
B. Imunidade relativa.....	423
C. Destinatários das imunidades.....	423
116. Imunidades diplomáticas.....	423
117. Chefe de Governo.....	424
118. Prerrogativas processuais.....	424
SEÇÃO IV. O CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS.....	424
119. Noções gerais.....	424
120. Tratamento sistemático.....	424
121. Precisão terminológica.....	425
122. Ausência de previsão legal.....	425
PARÁGRAFO ÚNICO. CRITÉRIOS PARA RESOLVER O CONFLITO.....	425
123. Critério da especialidade.....	425
124. Critério da consunção.....	426
A. Progressão criminosa.....	426
B. Delito progressivo.....	427

C. Fato anterior impunível.....	427
D. Fato posterior impunível.....	427
125. Critério da subsidiariedade.....	427
A. Subsidiariedade expressa.....	427
B. Subsidiariedade tácita.....	428
126. Critério da alternatividade.....	428
A. Tipo misto alternativo.....	428
B. Tipo “misto cumulativo”.....	428
SEÇÃO V. CONTAGEM DOS PRAZOS.....	429
127. Noções gerais.....	429
128. Contagem de dias, meses e anos.....	429
A. Exemplos práticos.....	430
B. Prazos de prescrição e decadência.....	430
C. Prazos penais previstos em leis especiais.....	430
D. Inaplicabilidade das Leis 810/49 e 1.408/51.....	430
129. Frações de dia e frações de real.....	430
CAPÍTULO VIII. A REVOGAÇÃO DA LEI PENAL.....	432
130. Noções gerais.....	432
131. Repristinação.....	432
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE REVOGAÇÃO.....	433
132. Ab-rogação.....	433
133. Derrogação.....	433
SEÇÃO II. FORMAS DE REVOGAÇÃO.....	433
134. Expressa.....	433
135. Tácita.....	434
TÍTULO VI. A CONDUTA PUNÍVEL.....	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	435
1. Classificação das infrações penais.....	435
2. Diferença entre crime e contravenção.....	435
3. Os vários conceitos de crime.....	436
A. Conceito legal.....	437
B. Conceito analítico.....	437
C. Conceito formal.....	437
D. Conceito jurídico-legal.....	437
E. Conceito material.....	437
F. Conceito natural.....	438
G. Conceito radical.....	438
H. Conceito sociológico.....	438
4. Conceito dominante.....	438

CAPÍTULO II. A CONDUTA	440
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	440
5. O ilícito penal como fato humano	440
6. Momentos da conduta: o <i>iter criminis</i>	440
7. A incapacidade criminal da pessoa jurídica	440
A. Ilícito penal e ilícito civil	444
B. Ilícito penal e ilícito administrativo	445
SEÇÃO II. AÇÃO E OMISSÃO	448
8. Conceito de ação	448
9. Elementos da ação	448
10. Conceito de omissão	449
11. Elementos da omissão	449
12. Relevância da omissão	450
A. Formas da omissão	451
§ 1.º TEORIAS SOBRE A AÇÃO	451
13. Teoria causal-naturalista	451
14. Teoria sintomática	452
15. Teoria social	452
16. Teoria finalista	453
17. Teorias funcionalistas: a conduta antinormativa e o conceito pessoal de ação..	454
18. Teoria significativa	455
§ 2.º TEORIAS SOBRE A OMISSÃO	456
19. Noções gerais	456
20. Teoria normativa	456
21. Teoria finalista	457
CAPÍTULO III. A TIPICIDADE	458
22. Conceitos de tipo e tipicidade	458
A. O tipo penal como indiciário da ilicitude	458
B. Teoria dos elementos negativos do tipo	459
23. A tipicidade conglobante	460
24. Classificação dos tipos	461
A. Tipos penais fechados	461
B. Tipos penais abertos	461
C. Tipos fundamentais (básicos)	461
D. Tipos derivados (atenuados ou agravados)	461
24.bis A tipicidade na Parte Geral do CP	462
SEÇÃO I. O TIPO OBJETIVO	462
25. Elementos descritivos	462
26. Elementos normativos	463
A. Erro de tipo	463
27. Elementos subjetivos	464
A. Funções do tipo penal	465

SEÇÃO II. O TIPO SUBJETIVO	466
28. O dolo	466
29. O consentimento como requisito do dolo eventual	467
30. Os limites entre a culpa consciente e o dolo eventual	467
31. O reconhecimento do dolo eventual por mera presunção	468
32. Precedentes paradigmáticos	469
33. O fetiche do dolo eventual	470
34. É urgente uma nova definição legal do dolo eventual	471
35. Uma proposta para redefinir o dolo eventual	472
36. A culpa	473
A. Culpa inconsciente	473
B. Culpa consciente	473
37. A preterintencionalidade	474
A. O problema da compensação de culpas	474
CAPÍTULO IV. A RELAÇÃO DE CAUSALIDADE FÍSICA	475
38. Noções gerais	475
39. Causa	475
40. Condição	475
41. Concausa	476
42. Teorias sobre a relação de causalidade física	477
A. Noções gerais	477
B. Teoria da totalidade das condições	477
C. Teoria da equivalência dos antecedentes (<i>conditio sine qua non</i>)	478
D. Teoria da causalidade adequada	478
E. Teoria da predominância	479
F. Teoria da relevância jurídica	479
G. A imputação objetiva	479
H. Causalidade e imputação objetiva	481
43. Causas independentes	482
A. Causa absolutamente independente	482
B. Causa relativamente independente	483
44. Resultado (evento)	483
45. O dano ou o perigo de dano	484
§ 1.º DANO (LESÃO)	484
46. Conceito	484
47. Espécies	484
A. Dano efetivo	484
B. Dano potencial	485
§ 2.º PERIGO	485
48. Conceito	485
49. Espécies	486
A. Perigo efetivo	486
B. Perigo presumido	487
C. Perigo coletivo	489
D. Perigo individual	489
E. Perigo atual ou iminente	489
F. Perigo futuro (mediato)	489

CAPÍTULO V. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	490
SEÇÃO I. O ITINERÁRIO DO CRIME DOLOSO	490
50. Noções gerais	490
51. A cogitação e outras etapas não puníveis.....	490
A. Cogitação	490
B. Casos de impunibilidade	490
52. Os atos preparatórios	491
53. O início de execução.....	491
54. A consumação	492
SEÇÃO II. O CRIME CONSUMADO	492
55. Conceito	492
56. Elementos.....	492
57. Momento da consumação	493
58. O crime exaurido	493
SEÇÃO III. O CRIME TENTADO	494
59. Breve histórico	494
A. Conceito	495
60. Teorias	496
61. Elementos.....	496
A. Espécies	497
62. Tentativa de lesão corporal.....	498
A. Tentativa em outras espécies de crimes	498
B. Tentativa no crime de perigo	499
C. Ilícitos penais que não admitem a tentativa	499
D. Pena da tentativa	500
63. O crime impossível	501
A. Meio absolutamente inidôneo	502
B. Objeto absolutamente impróprio	503
SEÇÃO IV. A DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA	503
64. Conceito.....	503
65. Voluntariedade	503
66. Natureza jurídica.....	504
SEÇÃO V. O ARREPENDIMENTO EFICAZ	504
67. Conceito.....	504
68. Voluntariedade	505
69. Arrependimento posterior.....	505
CAPÍTULO VI. A ILICITUDE	506
70. Precisão terminológica	506
71. Concepção unitária de ilicitude	506
72. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	506
73. Conceito.....	507
74. Elementos.....	507
A. Ilicitude e injusto.....	507
75. Causas de exclusão de ilicitude.....	508

CAPÍTULO VII. A CULPABILIDADE	509
SEÇÃO I. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	509
76. Conceito formal da culpabilidade	509
77. Conceito material de culpabilidade.....	509
78. Posição sistemática da culpabilidade	509
79. Uma valiosa opinião doutrinária.....	511
80. Uma opinião crítica	512
81. Minhas observações	513
82. A consideração do elemento histórico	514
83. Alguns exemplos no Código Penal	516
SEÇÃO II. A CULPABILIDADE COMO ELEMENTO DA PENA	516
84. Noção prévia	516
85. A culpabilidade como fundamento da pena.....	516
86. A culpabilidade como base para a escolha da pena.....	517
87. A culpabilidade como base para fixar os limites da pena.....	517
88. A culpabilidade como base para fixar o regime inicial do cumprimento da pena privativa de liberdade	518
89. A culpabilidade como base para a substituição de pena	518
SEÇÃO III. AS TEORIAS SOBRE A CULPABILIDADE.....	518
90. A culpabilidade pelo caráter.....	518
91. A culpabilidade pela formação da personalidade.....	519
A. Noções gerais.....	519
B. O criminoso por tendência.....	519
92. A culpabilidade pela conduta de vida	520
A. Noções gerais.....	520
B. O criminoso habitual.....	521
93. A culpabilidade em razão da conduta típica	521
SEÇÃO IV. CONCEPÇÕES SOBRE A CULPABILIDADE.....	521
94. Concepção psicológica.....	521
95. Concepção normativa	522
96. Concepção psicológico-normativa	523
97. A concepção adotada pelo CP e o erro de proibição.....	523
A. Espécies de erro de proibição	525
SEÇÃO V. PRESSUPOSTOS DA CULPABILIDADE	527
98. A imputabilidade.....	527
99. A consciência da ilicitude	527
A. Noções gerais.....	527
B. Consciência potencial.....	527
C. Consciência real.....	528
D. A <i>actio libera in causa</i>	528
100. A exigibilidade de conduta diversa	528
SEÇÃO VI. ALGUMAS QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES PONTUAIS.....	529
101. A culpabilidade na antevisão do chamado “homem médio”.....	529
102. A delegação do poder personalíssimo da jurisdição	531

103. A reprovabilidade nos casos de tipos penais abertos	531
104. O “sequestro” da liberdade de convicção judicial.....	532
105. Os exames de saúde física e mental e o psicotécnico.....	533
106. O princípio da boa-fé e <i>pro homine</i>	534
107. A submissão do juiz à Constituição	535
CAPÍTULO VIII. A AUTORIA	537
108. Conceito de autor.....	537
A. Autoria imediata	537
B. Autoria mediata.....	537
109. Autoria colateral.....	538
110. Autoria incerta	538
111. Autoria sucessiva.....	538
CAPÍTULO IX. O CONCURSO DE PESSOAS	539
112. Evolução legislativa.....	539
§ 1.º O REGIME DO CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830)	539
§ 2.º O REGIME DO CÓDIGO PENAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890).....	539
§ 3.º O REGIME DA PG/1940.....	540
§ 4.º O CONCURSO DE PESSOAS NO DIREITO VIGENTE: PRECISÃO TERMINOLÓGICA	541
113. O crime como fato individual	541
114. O crime como fato coletivo	542
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE CONCURSO	542
115. O concurso eventual	542
116. O concurso necessário	542
A. Condutas paralelas	542
B. Condutas convergentes	542
C. Condutas contrapostas	543
SEÇÃO II. ELEMENTOS DO CONCURSO	543
117. Pluralidade de condutas culpáveis.....	543
118. A relação de causalidade física	543
119. A homogeneidade do elemento subjetivo	543
120. A conivência.....	544
SEÇÃO III. MOMENTOS DO CONCURSO	544
121. Durante o itinerário do crime	544
122. Atividade ilícita posterior à consumação	545
123. A participação nos crimes permanentes.....	545
SEÇÃO IV. TIPOS DE CONCURSO	546
124. Noções gerais	546
A. Teoria objetivo-formal	546
B. Teoria objetivo-material.....	547
C. Teoria subjetiva.....	547
D. Teoria do domínio do fato	548
E. A teoria do domínio do fato e o art. 29 do Código Penal.....	552
F. Casos de inaplicabilidade da teoria do domínio do fato.....	552

§ 1.º A PARTICIPAÇÃO	553
125. Conceito de partícipe	553
126. Formas de participação	554
A. Instigação.....	554
B. Induzimento	554
C. Cumplicidade	555
127. Graus de participação.....	555
A. Participação de menor importância.....	556
B. Vontade de participar de crime menos grave.....	556
128. Inexistência de participação no fato culposos	556
129. “Participação” subjetivamente distinta	556
§ 2.º A COAUTORIA.....	557
130. Conceito.....	557
131. Crime societário.....	557
132. A teoria do domínio do fato e os aparatos organizados de poder	560
133. Formas	560
A. Coautoria eventual	560
B. Coautoria necessária.....	560
134. Crimes que não admitem a coautoria	561
135. Coautoria em crime culposos	562
SEÇÃO V. A MULTIDÃO CRIMINOSA	562
136. Noções gerais	562
137. O problema da punibilidade	562
SEÇÃO VI. CIRCUNSTÂNCIAS E CONDIÇÕES PESSOAIS	563
138. Precisão terminológica	563
139. Conceito.....	563
140. O concurso de pessoas no infanticídio	564
CAPÍTULO X. AS MODALIDADES DE CRIMES	566
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	566
141. Importância da classificação	566
142. Critérios de classificação.....	566
SEÇÃO II. AS VÁRIAS MODALIDADES	566
143. Crime aberrante	566
144. Crime à distância	566
145. Crime ambiental.....	567
146. Crime acessório.....	567
147. Crime bilateral	567
148. Crime coletivo.....	567
149. Crime comissivo.....	567
150. Crime comissivo por omissão (ou omissivo impróprio)	567
151. Crime complexo.....	568
152. Crime comum	568
153. Crime conexo.....	569

154. Crime consumado.....	569
155. Crime continuado.....	569
156. Crime contra a ordem política e social.....	569
157. Crime contra a segurança nacional.....	570
158. Crime contra o ambiente.....	570
159. Crime contra o meio ambiente.....	570
160. Crime culposo.....	570
161. Crime da mesma natureza.....	571
162. Crime de circulação.....	571
163. Crime de concurso necessário.....	571
164. Crime de consumação antecipada.....	571
165. Crime de conteúdo variado.....	571
166. Crime de ensaio.....	572
167. Crime de forma livre.....	572
168. Crime de forma vinculada.....	572
169. Crime de dano.....	572
170. Crime de encontro.....	573
171. Crime de imprensa.....	573
172. Crime de mão própria.....	573
173. Crime de menor potencial ofensivo.....	573
174. Crime de ocasião.....	573
175. Crime de opinião.....	574
176. Crime de perigo.....	574
177. Crime de responsabilidade.....	574
178. Crime de trânsito.....	574
179. Crime doloso.....	574
180. Crime ecológico.....	575
181. Crime eleitoral.....	575
182. Crime especial.....	576
183. Crime exaurido.....	576
184. Crime formal.....	576
185. Crime funcional.....	577
186. Crime habitual.....	577
187. Crime hediondo.....	577
188. Crime imaginário.....	578
189. Crime impossível.....	578
190. Crime instantâneo.....	579
191. Crime instantâneo de efeito permanente.....	579
192. Crime material.....	579
193. Crime militar.....	579
194. Crime monossujeivo.....	580
195. Crime omissivo.....	580
196. Crime omissivo por comissão.....	580
197. Crime organizado.....	581
198. Crime passional.....	581

199. Crime permanente	582
200. Crime pluriofensivo	582
201. Crime plurissubjetivo.....	582
202. Crime plurissubsistente	582
203. Crime político	582
204. Crime por tendência	583
205. Crime preterdoloso	583
206. Crime preterintencional.....	583
207. Crime principal.....	583
208. Crime privilegiado	583
209. Crime progressivo.....	584
210. Crime próprio	584
211. Crime putativo	584
212. Crime qualificado.....	585
213. Crime qualificado pelo resultado.....	585
214. Crime simples	585
215. Crime social	585
216. Crime societário	585
217. Crime tentado	585
218. Crime unilateral	586
219. Crime unissubsistente.....	586
220. Infração penal de menor potencial ofensivo	586

TÍTULO VII. A EXCLUSÃO DE ILICITUDE

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	587
1. Ilicitude ou antijuridicidade?.....	587
2. Cláusulas de garantia social e individual	587
3. Discriminantes putativas.....	587
4. O elemento subjetivo nas causas de exclusão de ilicitude.....	588
CAPÍTULO II. CAUSAS LEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO	592
5. Noções gerais	592
SEÇÃO I. O ESTADO DE NECESSIDADE.....	592
6. Conceito.....	592
7. Requisitos.....	593
A. A situação de perigo	593
B. A atualidade do perigo.....	594
C. A involuntariedade na provocação do perigo.....	594
D. A inevitabilidade da situação de perigo.....	594
E. A defesa de um direito.....	594
F. Balanceamento dos bens em conflito	595
G. Colisão de deveres.....	595
H. A inexigibilidade do sacrifício	595
I. Hipóteses correntes	595

J. Concurso de pessoas	596
K. Estado de necessidade putativo	596
8. A teoria diferenciadora	596
9. Estados de necessidade defensivo e agressivo	597
10. O dever de enfrentar o perigo	597
11. Estado de necessidade no Direito Civil	597
SEÇÃO II. A LEGÍTIMA DEFESA	598
12. Conceito	598
A. Resumo histórico	598
B. Teorias fundamentais	599
13. Requisitos	600
A. Uma agressão injusta	600
B. Atualidade ou iminência da agressão	600
C. Defesa de um direito	600
D. Meios necessários para a reação	600
E. Uso moderado dos meios	600
14. A controvérsia sobre a ausência de provocação do ofendido	601
15. A chamada legítima defesa putativa	601
A. A defesa preordenada (<i>Offendiculum</i>)	601
B. Natureza jurídica	602
C. Requisitos de admissibilidade	603
D. O problema do erro de pessoa	603
16. A legítima defesa no Direito Civil	604
16-A. Situações especiais	604
A. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	604
B. Legítima defesa contra agressão de inimputável	605
C. Legítima defesa exercida por inimputável	605
D. Legítima defesa contra agressão de pessoa jurídica	605
E. Legítima defesa da alegada honra conjugal	606
F. Legítima defesa em favor de interesses difusos e de bens do estado	607
G. Legítima defesa contra legítima defesa	608
H. Legítima defesa em caso de rixa	608
I. Legítima defesa contra agressão culposa	609
J. Legítima defesa em caso de resistência agressiva	609
K. Outras hipóteses	609
SEÇÃO III. O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	610
17. Conceito	610
18. Requisitos	611
19. O abuso de autoridade	611
20. O descumprimento de ordem ilegal	611
SEÇÃO IV. O EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	611
21. Conceito	611
22. Requisitos	612
23. O exercício regular de direito no Direito Civil	612

23-A. Intervenção médico-cirúrgica e lesão em prática desportiva	612
23-B. Atuação <i>pro magistratu</i>	613
23-C. A autoajuda	613
SEÇÃO V. O CUMPRIMENTO DE UM MANDATO	613
24. Noções gerais	613
25. A imunidade parlamentar	613
26. A imunidade profissional	614
CAPÍTULO III. O EXCESSO NAS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	617
27. Noções gerais	617
28. O excesso doloso	617
29. O excesso culposo	617
30. Impunidade do excesso	618
CAPÍTULO IV. A JUSTIFICAÇÃO NOS TIPOS CULPOSOS	619
31. Noções gerais	619
32. A legítima defesa	619
33. O estado de necessidade	619
34. O consentimento do ofendido	619
CAPÍTULO V. CAUSAS SUPRALEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO	621
35. Noções gerais	621
36. O consentimento do ofendido	621
37. O risco permitido	622
38. As normas de cultura	623
A. Meios de correção	623
B. A cultura indígena	624
TÍTULO VIII. A ISENÇÃO DE PENA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	625
1. Noções gerais	625
2. Exclusão de culpabilidade e isenção de pena	626
3. Escusa absolutória	626
A. Designações	626
B. Classificação	627
C. Condições negativas de punibilidade	627
D. Escusa absolutória e perdão judicial	628
CAPÍTULO II. A INIMPUTABILIDADE	629
4. Noções gerais	629
A. O critério biológico	629
B. O critério psicológico	630
C. O critério biopsicológico	630
SEÇÃO I. MENORIDADE	630
5. A garantia constitucional	630
6. As garantias legais	634
A. O Código Penal	634

B. O Código de Processo Penal.....	634
C. O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	634
7. Presunção absoluta de inimputabilidade.....	635
8. Causas de exclusão da ilicitude.....	635
9. “Ato infracional” ou infração penal?.....	635
10. Medidas aplicáveis às crianças.....	637
11. Medidas aplicáveis aos adolescentes.....	637
A. Maioridade penal e maioridade civil.....	638
12. Um direito de proteção do menor.....	638
SEÇÃO II. DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO OU RETARDADO.....	639
13. Conceito amplo.....	639
14. Os chamados “loucos de todo gênero”.....	640
15. A privação dos sentidos e da inteligência.....	640
16. A perturbação dos sentidos e da inteligência.....	641
17. A grave alteração de consciência.....	641
18. O conceito restrito.....	641
19. O sistema vigente.....	641
A. A emoção.....	642
B. A paixão.....	642
CAPÍTULO III. A IMPUTABILIDADE DIMINUÍDA.....	643
20. A semi-imputabilidade.....	643
21. A surdo-mudez.....	643
22. A epilepsia.....	644
23. O indígena.....	644
CAPÍTULO IV. A EMBRIAGUEZ.....	647
24. Conceito.....	647
§ 1.º TIPOS DE EMBRIAGUEZ.....	647
25. Embriaguez preordenada.....	647
26. Embriaguez voluntária.....	648
27. Embriaguez culposa.....	648
28. Embriaguez proveniente de caso fortuito.....	648
29. Embriaguez proveniente de força maior.....	648
30. Outras modalidades.....	648
31. A embriaguez ao volante.....	649
§ 2.º A EMBRIAGUEZ E A CULPABILIDADE.....	649
32. A regra geral.....	649
§ 3.º HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	649
33. Caso fortuito e força maior.....	649
CAPÍTULO V. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	650
34. Noções gerais.....	650
35. Hipóteses legais.....	650
A. A coação moral irresistível.....	651
B. A obediência hierárquica.....	652

36. Causas supralegais	653
A. A cláusula de consciência	654
B. O estado de necessidade exculpante	655
C. A provocação da situação da legítima defesa	655
D. A desobediência civil	656
E. O conflito de deveres	656
TÍTULO IX. VISÃO GERAL DA PENA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	659
1. Conceito	659
2. Fundamento	659
3. Fins	659
A. Prevenção geral	660
B. Prevenção especial	660
4. A pena como processo de diálogo	660
5. A incapacidade penal da pessoa jurídica	661
SEÇÃO ÚNICA. ETAPAS DO DINAMISMO PENAL	663
6. Cominação	663
7. Aplicação	664
8. Execução	664
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	665
9. Noções gerais	665
10. O princípio de humanidade	665
A. Direitos Humanos	666
B. Uma Teoria Geral dos Direitos Humanos	667
11. O princípio da anterioridade da lei penal	668
12. O princípio da personalidade	668
13. O princípio da individualização	668
14. O princípio da proporcionalidade	669
15. O princípio da necessidade	670
16. O princípio da suficiência	670
17. O princípio da utilidade	670
CAPÍTULO III. CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS	672
18. Antiga classificação	672
19. Penas institucionais e penas alternativas	673
20. Penas alternativas e penas restritivas de direitos	673
21. A revolução das penas alternativas	673
22. Espécies de penas alternativas	675
CAPÍTULO IV. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	677
23. Noções gerais	677
24. Tendências de unificação	677
A. Movimentos internacionais	678
B. Propostas nacionais	678
25. A manutenção do sistema dualista	678

SEÇÃO ÚNICA. ESPÉCIES DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	679
26. Reclusão	679
A. Conceito	679
B. Características	679
27. Detenção	679
A. Conceito	679
B. Características	679
28. Prisão simples	680
A. Conceito	680
B. Características	680
CAPÍTULO V. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	681
29. Noções gerais	681
30. Conceito	681
31. Introdução legislativa.....	681
32. O regime anterior.....	682
33. Caráter exaustivo da previsão	682
34. Autonomia	683
35. Função substitutiva e contradição legislativa	683
36. Condições de aplicação.....	684
A. O problema da reincidência.....	684
B. A concessão do benefício ao reincidente.....	685
C. A concessão do benefício nos crimes de violência e ameaça.....	685
37. Conversão	686
A. Conceito	686
B. Hipóteses	686
B.1. Descumprimento da restrição	686
B.2. Condenação à pena privativa de liberdade.....	687
38. Detração	687
SEÇÃO I. ESPÉCIES DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	688
39. Prestação pecuniária.....	688
A. Noções gerais.....	688
B. Conceito	688
C. Prestação pecuniária e multa reparatória	689
D. Multa reparatória e multa penitenciária	689
E. Limites.....	689
40. Perda de bens e valores	690
A. Noções gerais.....	690
B. Conceito	690
C. Perda de bens e valores e o confisco.....	690
D. A constitucionalidade da previsão.....	691
E. Caráter compensatório	691
F. Limites.....	692
G. O Fundo Penitenciário Nacional.....	692
41. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	693
A. Conceito	693
B. Aplicação	693

C. A experiência estrangeira	693
D. A experiência brasileira	695
E. Duração	696
F. O sentido utilitário da pena: um exemplo notável	696
42. Interdição temporária de direitos	697
A. Conceito	697
B. Espécies	698
B.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (CP, art. 47, I)	698
B.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público (CP, art. 47, II)	698
B.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo (CP, art. 47, III)	699
B.4. Proibição de frequentar determinados lugares (CP, art. 47, IV)	699
B.5. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos (CP, art. 47, V)	700
C. Duração	701
43. Limitação de fim de semana	701
A. Conceito	701
B. Duração	702
44. Recolhimento domiciliar	702
A. Conceito	702
B. Duração	703
C. A ineficácia dessa pena	703
SEÇÃO II. AVALIAÇÃO CRÍTICA	703
45. Uma visão positiva	703
46. Uma visão cética	704
CAPÍTULO VI. PENAS PECUNIÁRIAS	706
47. Noções gerais	706
48. Conceito de multa	707
49. Características	707
50. A multa penitenciária	707
51. A multa reparatória	708
CAPÍTULO VII. MEDIDAS CAUTELARES COM EFEITOS PENAIIS	710
52. Noções gerais	710
53. Medidas cautelares e meios de prova	710
54. Classificação	710
§ 1.º MEDIDAS PESSOAIS	711
55. A prisão provisória	711
A. A prisão em flagrante	711
B. A prisão temporária	712
C. A prisão preventiva	712
D. A prisão domiciliar	713

E. A prisão posterior à pronúncia	713
F. A prisão para apelar	714
56. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão	714
§ 2.º MEDIDAS PATRIMONIAIS	715
57. A busca e apreensão	715
58. O arresto	715
59. A hipoteca legal	716
60. A indisponibilidade de bens	716
§ 3.º MEDIDAS DE NATUREZA MISTA	716
61. Afastamento do cargo ou emprego	716
62. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir	717
§ 4.º MEDIDAS DE <i>LEGE FERENDA</i>	717
63. Anteprojeto de reforma setorial do CPP	717
64. O Projeto 156, de 2009	717
 TÍTULO X. A COMINAÇÃO DA PENA	
CAPÍTULO I. A PREVISÃO CONSTITUCIONAL	
1. Noções gerais	719
2. Elenco não exaustivo	719
SEÇÃO I. PENAS ADMITIDAS	
3. A privação da liberdade	720
4. A restrição da liberdade	720
5. A prestação pecuniária	721
6. A perda de bens	721
7. A multa penitenciária	721
8. A multa reparatória	722
9. A prestação social alternativa	723
10. A suspensão de direitos	723
11. As interdições de direitos	724
SEÇÃO II. PENAS PROIBIDAS	
12. Morte	724
13. De caráter perpétuo	725
14. Trabalhos forçados	726
15. Banimento	726
16. Degredo	727
17. Desterro	727
18. Exílio	727
19. Cruéis	727
SEÇÃO III. PENAS TOLERADAS	
20. Sanções penais indígenas	728
CAPÍTULO II. A PREVISÃO LEGAL	
21. Noções gerais	731

SEÇÃO I. CÓDIGO PENAL.....	731
22. Penas privativas de liberdade	731
23. Penas restritivas de direitos.....	731
24. Penas de interdição pela violação do dever.....	732
25. Pena de multa.....	733
SEÇÃO II. LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	733
26. Prisão simples	733
27. Multa	734
28. Extinção das penas acessórias.....	734
SEÇÃO III. OUTRAS LEIS ESPECIAIS	734
29. Noções gerais	734
30. Crimes de responsabilidade (I).....	734
31. Crimes de responsabilidade (II).....	735
32. Crimes de responsabilidade (III)	735
33. Crimes de responsabilidade (IV).....	735
34. Crimes de violação de telecomunicação	735
35. Crimes militares	736
36. Crimes de sonegação fiscal.....	736
37. Crimes eleitorais	736
38. Crimes de imprensa	737
39. Sanções penais da cultura indígena.....	737
40. Crimes políticos	738
41. Crimes relacionados à criança e ao adolescente.....	738
42. Crimes contra o consumidor	738
43. Crimes relacionados à improbidade administrativa.....	739
44. Crimes de trânsito.....	739
45. Crimes de licitação.....	740
46. Crimes contra o meio ambiente	740
47. Crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	741
48. Crimes relacionados a drogas.....	741

TÍTULO XI. A APLICAÇÃO DA PENA

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	743
1. A importância da atividade judicial	743
2. A aplicação da pena e o devido processo legal.....	743
3. A aplicação da pena no processo litigioso.....	743
4. A aplicação da pena no procedimento consensual.....	744
5. A discussão sobre a constitucionalidade dessa operação	744
CAPÍTULO II. A MEDIDA CONCRETA DA PENA.....	746
6. Necessidade e suficiência da pena.....	746
7. A fundamentação da medida da pena	746
8. A individualização da pena	746
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO LEGAL	746
9. Noções gerais	746
10. Concurso de circunstâncias	747

SEÇÃO II. A INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL.....	747
11. Noções gerais	747
12. O estabelecimento da pena-base	752
13. Os limites do tipo fundamental.....	752
§ 1.º FIXAÇÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO.....	753
14. Impossibilidade.....	753
15. Possibilidade	754
§ 2.º FIXAÇÃO ACIMA DO LIMITE MÁXIMO	755
16. Impossibilidade.....	755
17. Possibilidade	755
CAPÍTULO III. CAUSAS LEGAIS MODIFICADORAS DA PENA.....	756
18. Noções gerais	756
SEÇÃO I. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES	756
19. “Non bis in idem”	756
§ 1.º CIRCUNSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DO CRIME.....	756
20. Conceito.....	756
21. Espécies.....	757
§ 2.º CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DO CRIME	757
22. Conceito.....	757
23. Espécies.....	758
§ 3.º CARACTERÍSTICAS DAS AGRAVANTES.....	758
24. Caráter exaustivo das hipóteses legais	758
25. Caráter obrigatório de aplicação	758
26. Inaplicabilidade nos crimes culposos.....	758
§ 4.º CLASSIFICAÇÃO DAS AGRAVANTES.....	759
27. Circunstâncias de caráter pessoal ou subjetivas.....	759
28. Circunstâncias de caráter objetivo	759
§ 5.º RELAÇÃO DAS AGRAVANTES	759
29. A reincidência	759
30. Efeitos da reincidência	760
31. Inconstitucionalidade da reincidência	761
32. Constitucionalidade da reincidência.....	763
33. Demais hipóteses.....	763
A. Por motivo fútil ou torpe.....	763
B. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.....	764
C. À traição, de emboscada ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido	764
D. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.....	764
E. Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	765

F. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou de violência contra a mulher na forma da lei específica	765
G. Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	766
H. Contra criança, pessoa maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida	766
I. Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade	767
J. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido	767
K. Em estado de embriaguez preordenada.....	768
L. Agravantes em leis especiais.....	768
§ 6.º AGRAVANTES NO CASO DE CONCURSO DE PESSOAS	769
34. Justificação	769
35. Hipóteses.....	769
A. A liderança intelectual.....	769
B. A coação e o induzimento	769
C. A instigação e a determinação	770
D. O interesse de obter vantagem	770
SEÇÃO II. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	770
36. Obrigatoriedade	770
37. Relação	770
A. A idade inferior a vinte e um anos.....	770
B. A idade superior a setenta anos.....	771
C. O desconhecimento da lei	772
D. O relevante valor social da conduta	773
E. O relevante valor moral da conduta	773
F. A tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime	773
G. A reparação do dano antes do julgamento	773
H. A coação resistível	773
I. O cumprimento de ordem de autoridade superior.....	774
J. A influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima	774
K. A confissão espontânea da autoria do crime	774
L. A prática do crime sob a influência de multidão em tumulto.....	776
38. Atenuante de causa atípica.....	776
SEÇÃO III. CAUSAS DE ESPECIAL AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA PENA.....	777
39. Conceito.....	777
40. Exemplos.....	777
A. Causas de especial aumento de pena previstas no Código Penal	777
B. Causas de especial aumento de pena previstas em leis especiais	777
C. Causas de especial diminuição de pena previstas no Código Penal.....	777
D. Causas de especial diminuição de pena previstas em leis especiais	778
SEÇÃO IV. CONCURSO DE CAUSAS MODIFICADORAS DA PENA	778
41. Noções gerais	778
42. Espécies.....	778
A. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	778
B. Concurso de causas de especial aumento ou diminuição da pena.....	779

CAPÍTULO IV. O CONCURSO DE INFRAÇÕES	780
43. Noções gerais	780
44. Concurso de infrações e culpabilidade	780
SEÇÃO I. O CONCURSO MATERIAL	780
45. Conceito	780
46. Concurso material e reincidência	781
47. Aplicação cumulativa	781
SEÇÃO II. O CONCURSO FORMAL	781
48. Conceito	781
49. Concurso homogêneo e concurso heterogêneo	782
50. Concurso próprio e concurso impróprio	782
51. Punibilidade do concurso	782
SEÇÃO III. O CRIME CONTINUADO	782
52. Referência histórica	782
53. Conceito	783
54. Crimes da mesma espécie	783
55. A caracterização pelos elementos exteriores	784
56. O tempo decorrido entre as condutas	784
57. Causa de especial aumento (I)	785
58. Causa de especial aumento (II)	786
59. Aspectos particulares quanto ao crime continuado	787
A. Crime e contravenção	787
B. Crimes dolosos e crimes culposos	787
C. Crimes simples e crimes qualificados	787
D. Formas qualificadas diversas	787
E. Crimes consumados e crimes tentados	788
F. Pluralidade de vítimas	788
G. Roubos diferentes	788
H. Roubo e furto	788
I. Latrocínio e roubo	788
J. Roubo e sequestro	788
K. Roubo e extorsão	788
L. Calúnia e difamação	789
M. Peculato e falsidade de documento	789
N. O elemento subjetivo	789
O. A suspensão do processo	789
60. Crime continuado e reiteração criminosa ou habitualidade delitiva	789
CAPÍTULO V. O CÁLCULO DA PENA	791
61. A operação trifásica	791
62. A pena-base	792
63. Frações não computáveis na pena	794
CAPÍTULO VI. APLICAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS	795
64. Noções gerais	795

65. Substituição.....	795
66. Individualização.....	795
CAPÍTULO VII. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA.....	796
67. Noções gerais.....	796
68. Substituição.....	796
A. Substituição simples.....	796
B. Substituição cumulada.....	796
69. Individualização.....	797
70. Concurso de crimes.....	797
CAPÍTULO VIII. OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA PENA.....	799
71. Os limites das penas privativas de liberdade.....	799
72. Os limites das penas restritivas de direito.....	799
73. Os limites da pena de multa.....	799
TÍTULO XII. A EXECUÇÃO DA PENA	
CAPÍTULO I. O DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL.....	801
1. Conceito.....	801
2. Denominação da disciplina.....	801
3. Referência histórica.....	802
4. Autonomia.....	802
5. Natureza jurídica.....	802
6. Princípios fundamentais.....	803
7. Sujeitos passivos da execução penal.....	803
A. Preso provisório.....	803
B. Condenado.....	803
C. Internado.....	803
D. Egresso.....	804
8. Órgãos da execução penal.....	804
CAPÍTULO II. OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	805
9. Noções gerais.....	805
10. Localização sistemática do instituto.....	805
11. Efeitos penais.....	805
12. Efeitos processuais.....	806
13. Efeitos civis e comerciais.....	806
14. Efeitos administrativos.....	807
15. Suspensão dos direitos políticos e perda do mandato eletivo.....	808
16. O trânsito em julgado da condenação.....	810
CAPÍTULO III. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	811
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO EXECUTIVA.....	811
17. Noções gerais.....	811
18. A classificação dos condenados.....	811
19. O exame criminológico.....	811

SEÇÃO II. OS REGIMES DE EXECUÇÃO	812
20. Noções gerais	812
21. Conceito	812
22. Espécies.....	812
A. Regime comum.....	812
B. Regime especial para a mulher	813
C. Regime especial para o índio	813
D. Regime especial para o idoso.....	814
23. Forma progressiva da execução	814
A. Progressão no regime e individualização da pena	815
B. A inconstitucionalidade da regra proibitiva da progressão.....	815
24. Transferência, progressão, regressão e conversão	816
§ 1.º REGRAS DO REGIME FECHADO.....	817
25. Noções gerais	817
26. Conceito.....	817
27. Características	817
§ 2.º REGRAS DO REGIME SEMIABERTO	818
28. Noções gerais	818
29. Conceito.....	818
30. Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga.....	818
§ 3.º REGRAS DO REGIME ABERTO	819
31. Noções gerais	819
32. Conceito.....	819
33. Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga.....	820
SEÇÃO III. ESTABELECIMENTOS PENAIS	820
34. Noções gerais	820
A. Conceito	821
B. A arquitetura prisional	821
C. A histórica “falta de verbas”	822
35. Regras mínimas da arquitetura prisional	823
36. Natureza e finalidade	823
37. Espécies de estabelecimentos.....	824
§ 1.º A PENITENCIÁRIA	824
38. Noções gerais	824
39. Penitenciária para mulheres e para homens.....	824
§ 2.º A COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR	825
40. Noções gerais	825
41. Características	825
§ 3.º A CASA DO ALBERGADO	825
42. Noções gerais	825
43. Características.....	825
§ 4.º O CENTRO DE OBSERVAÇÃO.....	826
44. Noções gerais	826
45. Características.....	826

§ 5.º O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	826
46. Noções gerais	826
47. Requisitos, necessidade e finalidades	826
§ 6.º A CADEIA PÚBLICA	827
48. Noções gerais	827
49. Necessidade e finalidades	827
SEÇÃO IV. OS DEVERES, OS DIREITOS E A DISCIPLINA	827
50. A especificação necessária	827
51. A assistência em geral	828
52. A assistência em especial	828
A. Assistência material	828
B. Assistência à saúde	828
C. Assistência jurídica	829
D. Assistência educacional	829
E. Assistência social	830
F. Assistência religiosa	830
G. Assistência ao egresso	830
53. O trabalho prisional	831
SEÇÃO V. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA MENTAL	832
54. A solução legal	832
55. Conceito de doença mental	833
56. A hipótese da perturbação da saúde mental	833
57. Recolhimento do condenado	833
58. Recolhimento do preso provisório	833
59. Recolhimento de réu interdito	833
60. Estabelecimento adequado	834
61. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	834
62. Duração da medida de segurança substitutiva	834
63. Suspensão da execução da multa	834
64. Suspensão da execução das penas restritivas de direitos	834
SEÇÃO VI. A EXECUÇÃO DA PENA EM MEIO LIVRE	835
65. Noções gerais	835
§ 1.º A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	835
66. Conceito	835
67. Natureza jurídica	835
68. Espécies	836
69. O suposto direito subjetivo	837
70. Requisitos	839
A. Situações peculiares	840
B. Crimes hediondos e indulto	840
C. Aplicação contemporânea e sucessiva	840
D. Efeitos da condenação	840
71. Condições	841
A. Período de prova	841
B. Prorrogação do período de prova	841

72. Revogação	841
73. Extinção da pena	842
§ 2.º O LIVRAMENTO CONDICIONAL	842
74. Conceito	842
75. Natureza jurídica	842
76. Espécies	842
77. O suposto direito subjetivo	843
78. Requisitos	843
79. Condições	843
80. Revogação	844
81. Extinção da pena	844
82. Proibição do livramento condicional	845
CAPÍTULO IV. A EXECUÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	846
83. Noções gerais	846
84. Alteração da forma de cumprimento	846
85. Personalidade	846
SEÇÃO I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS	847
86. Natureza e alcance da restrição	847
87. Beneficiários dos serviços e controle da execução	847
88. Conversão	847
SEÇÃO II. INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS	847
89. Natureza das interdições	847
90. Conversão	848
SEÇÃO III. LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA	848
91. Controle da execução e encargos do estabelecimento	848
92. Conversão	848
CAPÍTULO V. A EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA	849
93. A multa como dívida de valor	849
94. Legitimidade para promover a execução	849
95. Procedimentos alternativos de cobrança	851
96. Superveniência de doença mental ou perturbação da saúde mental	851
CAPÍTULO VI. A EXECUÇÃO NO CASO DO CONCURSO DE INFRAÇÕES	852
97. Penas privativas de liberdade	852
98. Penas restritivas de direitos	852
99. Penas de multa	853
CAPÍTULO VII. OS LIMITES DE EXECUÇÃO DAS PENAS	854
100. Limites das penas privativas de liberdade	854
101. Limites das penas restritivas de direitos	856
102. Limites da pena de multa	856
CAPÍTULO VIII. A DETRAÇÃO	857
103. Noções gerais	857
104. Conceito	857

105. Fundamento.....	858
106. Hipóteses em que se opera a detração.....	858
A. Prisão provisória.....	858
B. Prisão administrativa.....	858
C. Prisão por infração penal diversa.....	858
D. Prisão civil.....	859
E. Penas restritivas de direitos.....	859
CAPÍTULO IX. A REMIÇÃO.....	860
107. Noções gerais.....	860
108. Conceito.....	860
109. Efeitos quanto à pena privativa de liberdade.....	860
110. Efeitos quanto às penas restritivas de direitos.....	860
111. Natureza jurídica.....	861
112. Ausência de oferta de trabalho.....	861
113. Acidente no trabalho.....	862
114. Revogação do benefício.....	862
115. Remição e detração.....	862
116. Remição pelo estudo.....	862
TÍTULO XIII. A REABILITAÇÃO	
CAPÍTULO ÚNICO.....	863
1. Conceito.....	863
2. Indicação histórica.....	863
3. Natureza jurídica.....	864
4. Penas atingidas pela reabilitação.....	865
5. Sigilo dos registros.....	865
6. Prescrição e reabilitação.....	866
7. Requisitos.....	866
8. Competência para conhecer do pedido.....	868
9. Renovação do pedido.....	868
10. Recurso da decisão concessiva.....	869
11. Recurso da decisão denegatória.....	869
12. Revogação.....	869
13. O patronato: esperança e frustração.....	870
14. O drama ambulante do egresso.....	871
TÍTULO XIV. VISÃO GERAL DA MEDIDA DE SEGURANÇA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	873
1. Pena e medida de segurança.....	873
2. Conceito.....	873
3. Sistemas: duplo binário e vicariante.....	873
4. Natureza jurídica.....	874
5. Espécies.....	875

6.	Destinatários	875
7.	Superveniência de doença mental	875
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA		877
8.	O princípio da humanidade	877
9.	O princípio da necessidade	877
10.	O princípio da anterioridade da lei penal	877
11.	O princípio da jurisdicionalidade	878
12.	O princípio da personalidade	878
13.	O princípio da retroatividade da lei	878
CAPÍTULO III. PREVISÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA		879
14.	Precisão terminológica	879
15.	A previsão legal das medidas	879
CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA		880
16.	Pressupostos legais	880
17.	Periculosidade real	880
18.	Periculosidade presumida	880
19.	Aplicação provisória	881
20.	Fundamentação da sentença	881
21.	Substituição da pena por medida de segurança	882
22.	Substituição de uma medida por outra	882
23.	Prazo	882
CAPÍTULO V. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA		885
24.	Início de execução	885
	A. Noções gerais	885
	B. Órgãos da execução	885
25.	Estabelecimento adequado	886
26.	Custódia indevida	887
27.	Desinternação condicional	887
28.	Liberação condicional	887
29.	Liberação definitiva	887
30.	Prazo	888
31.	Detração	888
32.	Liberação ilegal	888
33.	Perícia médica	888
CAPÍTULO VI. DIREITOS DO INTERNADO		889
34.	A previsão dos direitos do internado	889
35.	Recolhimento em local adequado	889
36.	Sujeição a tratamento	889
37.	Proteção e direitos específicos	890
CAPÍTULO VII. REVOGAÇÃO E EXTINÇÃO		891
38.	Noções gerais	891
39.	Revogação da medida de segurança	891

40. Extinção da medida de segurança.....	891
41. Extinção da punibilidade.....	891
42. Prescrição da medida de segurança.....	892

TÍTULO XV. A AÇÃO PENAL

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	893
1. O tratamento do tema no CP.....	893
2. Ação penal e ação civil.....	894
3. Conceito de ação penal.....	894
4. Conceito de processo penal.....	895
5. Condições da ação penal.....	896
6. Pressupostos processuais.....	898
7. Condições de procedibilidade.....	898
8. “Notitia criminis”.....	899
9. Inquérito policial.....	899
10. Pedido de explicações.....	900
CAPÍTULO II. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	901
11. Titularidade.....	901
12. Denúncia.....	901
13. Ação penal pública incondicionada.....	901
A. Conceito.....	901
B. Princípios.....	902
14. Ação pública condicionada.....	902
A. Conceito.....	902
B. Representação.....	903
C. Requisição.....	903
D. Legitimação concorrente.....	903
15. Ação penal no crime complexo.....	904
16. O assistente do MP na ação penal.....	904
A. Conceito.....	904
B. Legitimação.....	905
C. A legitimação de ente público.....	906
D. Da ação civil resultante da condenação.....	906
17. Ação penal privada subsidiária.....	906
CAPÍTULO III. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA.....	907
18. Conceito.....	907
19. Princípios.....	907
20. Titularidade.....	907
21. Queixa.....	908
22. Reconciliação.....	908
23. Morte ou ausência do ofendido.....	909
24. Decadência.....	909
A. Conceito.....	909
B. Contagem do prazo.....	909

25.	Renúncia	909
	A. Conceito	909
	B. Espécies	909
	C. Efeitos	910
26.	Perdão do ofendido	910
	A. Conceito	910
	B. Espécies	911
	C. Efeitos	911
27.	Perempção	911
CAPÍTULO IV. A SUSPENSÃO DO PROCESSO		913
28.	Noções gerais	913
	A. A suspensão do processo nas questões prejudiciais	913
	B. A suspensão do processo no interesse do réu	913
29.	Natureza jurídica da suspensão no interesse do réu	915
30.	Tipos de suspensão no interesse do réu	915
SEÇÃO I. SUSPENSÃO DE CARÁTER GERAL		916
31.	Noções gerais	916
32.	Ausência	916
33.	Revelia	916
34.	Requisitos	916
35.	Aspectos controvertidos	917
	A. A suposta inconstitucionalidade da regra	917
	B. Irretroatividade da lei nova	917
	C. O problema do prazo da prescrição	917
SEÇÃO II. SUSPENSÃO DE CARÁTER ESPECIAL		918
36.	Noções gerais	918
37.	Requisitos	918
38.	Condições	919
39.	Pluralidade de réus	919
40.	Concurso de crimes e crime continuado	919
41.	Período de prova	919
42.	Revogação do benefício	920
43.	Continuidade do processo	920
44.	A extinção da punibilidade	920
CAPÍTULO V. A DISPENSA DA AÇÃO PENAL		921
45.	As infrações penais de menor potencial ofensivo	921
SEÇÃO I. SUBSTITUTIVOS PROCESSUAIS		921
46.	A conciliação	921
47.	A transação	922
48.	A extinção da punibilidade	922
SEÇÃO II. A DESPENALIZAÇÃO JUDICIAL		923
49.	As práticas de despenalização	923

CAPÍTULO VI. A COLABORAÇÃO PREMIADA	924
50. Uma renovada forma de transação penal	924
51. Precisão terminológica, benefícios pessoais e procedimento	924
52. A consagração legal dos princípios da necessidade e da utilidade	926
53. O arrependimento como imposição de consciência	926
CAPÍTULO VII. A REFORMA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	928
54. A concepção original do CPP e o advento da CF/88	928
55. Os Projetos de Reforma	928
56. O Projeto de Lei do Senado 156/2009	929
TÍTULO XVI. A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
CAPÍTULO I. A PUNIBILIDADE	931
1. Conceito	931
2. Posição sistemática	931
3. Punibilidade e pena	931
4. Condições objetivas de punibilidade	932
CAPÍTULO II. CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE	934
5. Conceito	934
6. Características	934
7. Natureza jurídica	934
8. Relação não exaustiva	935
A. No sistema do CP	935
B. Na legislação especial	935
9. Concurso de pessoas	935
CAPÍTULO III. ESPECIFICAÇÃO DAS CAUSAS	936
10. Morte do agente	936
11. Anistia	936
§ 1.º ESPÉCIES	937
12. Anistia própria	937
13. Anistia imprópria	937
14. Anistia plena	937
15. Anistia restrita	937
16. Anistia incondicional	938
17. Anistia condicional	938
§ 2.º PROCEDIMENTO	938
18. Lei de Execução Penal	938
19. Graça	938
§ 1.º ESPÉCIES	939
20. Graça ampla	939
21. Graça restrita	939
§ 2.º PROCEDIMENTO	939
22. Lei de Execução Penal	939
23. Indulto	939

§ 1.º ESPÉCIES	940
24. Indulto incondicional.....	940
25. Indulto condicional.....	940
§ 2.º SOMA DE PENAS	941
26. Delitos autônomos	941
§ 3.º DISPENSA DA COISA JULGADA.....	941
27. Concessão	941
§ 4.º PROCEDIMENTO.....	941
28. Lei de Execução Penal.....	941
29. Comutação de pena.....	941
30. Retroatividade da Lei mais benéfica.....	942
A. Entendimento de Lei mais benéfica.....	943
B. Sucessão de leis no tempo	943
C. Apuração de maior benignidade.....	943
D. <i>Abolitio criminis</i>	943
31. Prescrição	945
A. Noções gerais.....	945
B. Conceito	946
§ 1.º ESPÉCIES	946
32. Prescrição da ação penal (prescrição da pretensão punitiva).....	946
33. Prescrição da condenação (prescrição da pretensão executória)	947
§ 2.º PRAZOS.....	947
34. Critério e limites	947
§ 3.º TERMO INICIAL	948
35. Antes de transitar em julgado a sentença final.....	948
36. Após o trânsito em julgado da condenação	948
§ 4.º CRIMES IMPRESCRITÍVEIS.....	948
37. Noções gerais	948
38. Relação	949
§ 5.º CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS	949
39. Noções gerais	949
40. A previsão constitucional.....	950
41. A previsão no CP.....	950
42. A previsão no CPP e na legislação especial.....	950
§ 6.º CAUSAS INTERRUPTIVAS	951
43. Noções gerais	951
44. A previsão no CP.....	951
§ 7.º OS VÁRIOS TIPOS DE PRESCRIÇÃO.....	951
45. Prescrição das penas privativas de liberdade.....	951
46. Prescrição das penas restritivas de direitos	951
47. Prescrição da pena de multa.....	951
48. Prescrição das medidas de segurança.....	952
49. Redução dos prazos de prescrição.....	953

50.	Prescrição no caso de fuga do condenado.....	955
51.	Prescrição no caso de revogação do livramento condicional.....	955
52.	Prescrição nos crimes complexos.....	955
53.	Prescrição nos crimes conexos.....	956
54.	Prescrição no caso de concurso de crimes.....	956
55.	Prescrição no caso de crime continuado.....	956
56.	Prescrição das penas mais leves.....	956
57.	Decadência.....	957
58.	Perempção.....	957
59.	Renúncia.....	958
60.	Perdão do ofendido.....	958
61.	Retratação.....	958
62.	Perdão judicial.....	959
63.	Pagamento do tributo ou de contribuições.....	959
TÍTULO XVII. SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA		
CAPÍTULO I. A IMPORTÂNCIA DAS SÚMULAS.....		
1.	Noções gerais.....	963
2.	A origem da Súmula do STF.....	963
3.	Classificação das Súmulas.....	964
4.	Natureza, limites e eficácia das súmulas.....	964
5.	A Súmula de Efeito Vinculante.....	965
BIBLIOGRAFIA.....		967
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO.....		991
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....		1007